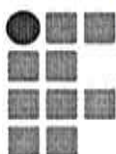




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 2/2016/CODIR/IFTO, DE 4 E 5 DE ABRIL DE 2016

1 Ata da segunda reunião ordinária do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de Educação,
2 Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. Nos dias quatro e cinco do mês de abril de dois mil e
3 dezesseis, com as atividades agendadas para os horários de expediente, das oito às doze horas e
4 das catorze às dezoito horas, no primeiro dia, e das oito às doze horas, no segundo dia, no
5 Auditório I da Reitoria do IFTO, situada na Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202
6 Sul, conjunto 1, lote 8, na cidade de Palmas-TO, reuniu-se, sob a presidência do magnífico reitor
7 Francisco Nairton do Nascimento, o Colégio de Dirigentes – Codir –, composto pelo reitor como
8 presidente; pelos pró-reitores, pelos diretores-gerais dos *campi* e pelos diretores dos *campi*
9 avançados do IFTO. Foi registrada a presença dos seguintes membros: pró-reitor de
10 Desenvolvimento Institucional Danilo Gomes Martins; Janaína Miranda Muradas Amorim, em
11 substituição ao pró-reitor de Ensino do IFTO; pró-reitora de Extensão Paula Karini Dias Ferreira
12 Amorim; Leysson Muriel Tavares Guimarães Barros, em substituição ao pró-reitor de Pesquisa e
13 Inovação do IFTO; diretor-geral do *Campus* Araguaína, Cristiano Fernandes Mateus, com
14 presença registrada somente no dia quatro de abril; diretor-geral do *Campus* Araguatins, Décio
15 Dias dos Reis; diretor-geral *pro tempore* do *Campus* Dianópolis, Jonas Reginaldo de Britto, com
16 presença registrada somente no dia quatro de abril; diretor-geral do *Campus* Gurupi, Marcelo
17 Alves Terra; diretor-geral *pro tempore* do *Campus* Colinas do Tocantins, Paulo Hernandes
18 Gonçalves da Silva com presença registrada a partir do turno vespertino do dia quatro de abril;
19 diretor-geral do *Campus* Palmas, Octaviano Sidnei Furtado; diretor-geral do *Campus* Paraíso do
20 Tocantins, Antonio da Luz Junior; diretora-geral do *Campus* Porto Nacional, Lilissanne Marcelly
21 de Sousa; diretora do *Campus* Avançado Pedro Afonso, Juliana Ferreira de Queiroz; diretor do
22 *Campus* Avançado Lagoa da Confusão, Valquires Martins de Santana; e diretor do *Campus*
23 Avançado Formoso do Araguaia, Dêmis Carlos Ribeiro Menezes, com presença registrada
24 somente no dia quatro de abril. Registrou-se também a presença da diretora de Gestão de Pessoas
25 Maria Edileuza Ferreira de França. O presidente conferiu o quórum, cumprimentou os dirigentes
26 e declarou aberta a reunião. Na oportunidade, o presidente deu boas-vindas à Pró-reitora Paula

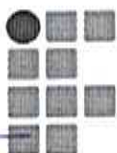


Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul
77020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - codir@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

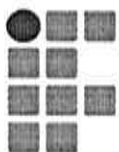
27 Karini, que assumira recentemente a pró-reitoria de Extensão, em substituição ao professor
28 Helder Cleber Pereira. Em seguida, o presidente do Codir informou que a instituição recebeu um
29 convite para o lançamento do livro publicado pela editora Atlas “Estágio Supervisionado em
30 Computação: Reflexões e Relatos”, a ocorrer às dezenove horas, no *Campus* Porto Nacional. O
31 livro foi elaborado por estudantes de licenciatura em Computação do *campus* e coordenado pelos
32 professores do *Campus* Porto Nacional Kenya Maria, Paulo Patrício e Maria Madalena. Nairton
33 disse que esta é uma iniciativa de grande importância, tanto para a formação de professores,
34 quanto para os profissionais que trabalham com a formação destes. Com a palavra, a pró-reitora
35 de Extensão Paula Karini disse que na semana anterior à reunião ocorreu, na Reitoria, a visita da
36 nova equipe do Diretório Central dos Estudantes – DCE. Destacou que ocorreu, na mesma
37 semana, a reunião técnica de planejamento do Jifto. Pontuou que ainda falta a confirmação, mas
38 a proposta é que os jogos aconteçam no período de seis a onze de junho de dois mil e dezesseis.
39 Aproveitando o ensejo, Paula Karini solicitou aos diretores auxílio na continuidade do trabalho
40 iniciado pelo professor Helder, quanto à regularização dos processos dos cursos de extensão já
41 ofertados. Na sequência, Antonio da Luz pediu auxílio da Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP
42 –, no que concerne aos atestados médicos junto ao Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do
43 Servidor – Siass. Conforme alegado pelo diretor, o Siass aceitou um atestado médico de um
44 servidor do *Campus* Paraíso do Tocantins, decorridos cinco dias do seu início; contudo, segundo
45 orientação do próprio Siass, os *campi* não poderão receber os atestados após este período.
46 Antonio relatou que foi negado o recebimento do atestado no *campus*, mas o servidor foi
47 diretamente ao Siass, e eles efetuaram o recebimento, e ainda disseram que o *campus* estava
48 errado. Diante dos fatos, o diretor pontuou que a postura do Siass deverá ser regularizada, para
49 não haver orientações divergentes. Falou, ainda, que, de acordo com as orientações quanto aos
50 atestados, se o servidor foi a uma consulta, a falta é justificada, razão por que terá de repor as
51 horas que ficou ausente do trabalho. Na oportunidade, Edileuza explicou que o atestado médico,
52 depois de homologado no Siass, é considerado licença. A consulta, por sua vez, é considerada
53 falta justificada e deve ser negociada com a chefia imediata, mediante a compensação de horário.
54 Pontuou que, quanto ao prazo, a DGP encaminhou manifestação ao Siass, que confirmou que o





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

55 recebimento do atestado foi dentro do prazo. Em momento seguinte, Nairton disse que esta
56 semana o governo emitirá portaria sobre os cortes (contingenciamento). Disse ainda que os
57 servidores da área de Educação Física do IFTO se reuniram e, com a previsão de saída do
58 professor José Aluísio Mendes, sugeriram dois nomes para assunção da Coordenação de Cursos
59 de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores. Na ocasião solicitou que os professores de
60 Educação Física sugerissem os nomes para a coordenação, não deixando a cargo do Codir.
61 Esclareceu que a função gratificada é baixa, sendo uma FG-4, e o IFTO não tem condições de
62 oferecer uma melhor, no momento. Disse ainda que os professores solicitaram transformar a
63 coordenação em gerência; contudo, hoje o IFTO não tem condições de efetivar essa mudança.
64 Com a palavra, Octaviano pontuou que atribuir uma coordenação a um professor implicará um
65 impacto muito grande, visto que, neste caso, o docente pedirá redução de carga horária, trazendo
66 prejuízos à unidade de lotação. Ante o exposto, sugeriu que a coordenação fosse assumida por
67 um servidor Técnico-Administrativo em Educação – TAE. Na oportunidade, Octaviano expôs
68 que a data do Jifto foi por ele conhecida nesta reunião e que a gestão do *Campus* Palmas não foi
69 comunicada a respeito dos jogos. Antonio questionou de quem será a responsabilidade de fazer o
70 cruzamento das folhas de ponto, quando o servidor tiver função na Reitoria e no *campus*. Por seu
71 turno, Nairton disse que as folhas de ponto deverão ser encaminhadas à Diretoria de Gestão de
72 Pessoas, e esta deverá encaminhá-las ao setor de Gestão de Pessoas do *campus*. Continuando os
73 informes, com a palavra Janaína Muradas, em substituição ao pró-reitor de Ensino, expôs que o
74 IFTO está com um processo de credenciamento aberto desde 2013 na Coordenação-geral de
75 Credenciamento das Instituições de Educação Superior – CGCIES. Explicou que foi constituída
76 uma comissão responsável pelo acompanhamento do processo de credenciamento institucional
77 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins junto à Secretaria de
78 Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação. Janaína destacou o
79 desconhecimento por parte de alguns servidores do MEC sobre a realidade dos Institutos
80 Federais – IFs -, e sugeriu que esse ponto fosse levado ao Conselho Nacional das Instituições da
81 Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Conif -, para que os
82 avaliadores do MEC se aprofundem nas questões relacionadas ao funcionamento dos IFs, para

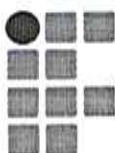


Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul
77020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - codir@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

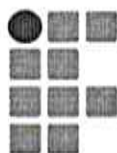
83 realização de diligências. Janaína pontuou que alguns *campi* estão lançando processo seletivo
84 sem atender ao percentual de ofertas de vagas de graduação proposto no termo de acordo de
85 metas, que preceitua 50% (cinquenta por cento) do ingresso pelo Sisu e 50% (cinquenta por
86 cento) pelo vestibular tradicional. Muradas solicitou que, havendo alteração de coordenador de
87 cursos de graduação, a direção do *campus* deverá encaminhar dados, como nome, CPF e *e-mail*,
88 dos novos coordenadores para a Proen efetuar o cadastro no sistema do e-MEC. No ponto três,
89 Nairton informou que, segundo o MEC, não há previsão de vagas de professor para todos os IFs,
90 para o ano vigente, o que dificulta a abertura de novos cursos. Edileuza apresentou o quadro de
91 vagas para o concurso 2016. Em momento seguinte, Octaviano fez uma observação quanto à
92 abertura de cursos no IFTO, expondo que, de acordo com a Instrução Normativa n.º 004/2010,
93 deveria haver uma uniformidade dos cursos, o que hoje não acontece no IFTO, pois, segundo ele,
94 há vários cursos com o mesmo nome; contudo, os Projetos Pedagógicos de Curso – PPCs – e as
95 grades não são equivalentes. Valquires expôs que hoje, nos *campi*, há uma discussão, visto que
96 os servidores não aceitam alguns posicionamentos. Antonio da Luz disse que os *campi* tem uma
97 percepção dos processos de acordo com a Instrução Normativa; contudo, na prática não está
98 funcionando. Disse que falta uma diretriz na instituição que realmente funcione. Juliana Queiroz
99 pontuou que hoje estão adequando a matriz curricular para os docentes, mas sem voltar o olhar
100 para o discente. Tendo em vista a discussão, Nairton destacou que o assunto em tela deverá
101 constar como ponto de pauta da próxima reunião. Na oportunidade, Lilissanne sugeriu que, antes
102 de integrar a pauta da próxima reunião, se estabeleça discussão quanto a um modelo de proposta.
103 Após a apresentação das vagas do concurso, Edileuza expôs o quadro do total de vagas de cada
104 unidade, ocupados e livres. Nairton pontuou que o MEC, nesta semana, publicará uma portaria
105 com o modelo de vagas por unidades, podendo o gestor mover apenas 10% (dez por cento) do
106 previsto. Ainda em discussão quanto às novas vagas distribuídas pelo MEC, Nairton informou
107 que o reitor do IF Goiano ligou dizendo que, em sua instituição, há uma pedagoga interessada
108 em vir para o IFTO, e que o IF Goiano aceita qualquer vaga de cargo nível E, em contrapartida.
109 Disse, ainda, que a servidora não tem interesse em ir para o interior, e pretende ficar na capital,
110 pois Palmas é o município onde seu cônjuge trabalha. Dessa forma, Nairton consultou os





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

111 presentes sobre essa possibilidade de redistribuição, uma vez que o IFTO possui vaga se
112 secretário executivo, cargo de nível E, sem provimento, a qual poderia ser oferecida em
113 contrapartida. Após essa manifestação, a diretora Juliana disse que não concordava com essa
114 proposta por haver servidores no mesmo cargo interessados em remoção. A servidora Quenízia
115 Vieira Lopes pediu licença para se manifestar e falou que, caso tal redistribuição viesse a ocorrer,
116 recorrerá à Justiça, se fosse necessário, para viabilizar sua remoção, visto a situação abordada.
117 Após manifestação de alguns diretores, Nairton encerrou essa discussão, compreendendo a
118 impossibilidade da vinda da pedagoga do IF Goiano para o IFTO. Em sequência, as discussões
119 voltaram-se para as vagas disponibilizadas pelo MEC. O diretor do *Campus* Avançado Lagoa da
120 Confusão disse que não tem interesse na vaga de secretariado executivo destinada ao seu
121 *campus*; na oportunidade, o diretor-geral *pro tempore* do *Campus* de Dianópolis manifestou
122 interesse na vaga de secretariado executivo, anteriormente oferecida ao *Campus* Lagoa da
123 Confusão. Na ocasião, o dirigente do *Campus* Dianópolis ofereceu ao *Campus* Paraíso do
124 Tocantins uma vaga de Tradutor e Interprete de Libras, a qual foi aceita pelo diretor-geral do
125 *Campus* Paraíso do Tocantins, quitando, assim, pendência do *Campus* Dianópolis em relação ao
126 *Campus* Paraíso do Tocantins.. Em análise dos códigos de vaga de professores, no caso do
127 *Campus* Palmas, Lilissanne destacou que solicitou a vaga proveniente da redistribuição do
128 professor Guilherme Bizarro, uma vez que o servidor da mesma área foi removido do *Campus*
129 Porto Nacional para o *Campus* Palmas, sem interesse da administração, amparado por laudo do
130 Siass. Por essa razão, o *Campus* Porto Nacional está com déficit, ao passo que o *Campus* Palmas
131 conta com um professor atuante na área e um código de vaga livre, que, na lógica, poderia ser
132 remanejado para o *Campus* Porto Nacional. Octaviano expôs que o correto é fazer remoção com
133 a vaga existente para o *Campus* Palmas, visto que a situação posta não foi motivada pelo *campus*
134 e, com tantos processos judiciais, poderá haver problemas futuros para o *Campus* Palmas, caso
135 não realize a remoção. Na ocasião, Marcelo Terra questionou sobre a devolução de código de
136 vaga referente à remoção da professora Elaine Cunha da Silva Paz do *Campus* Gurupi para o
137 *Campus* Palmas. Octaviano respondeu que não haveria devolução, visto que, quando a servidora
138 foi removida para o *Campus* Gurupi, o *Campus* Palmas não recebeu nenhum código de vaga em

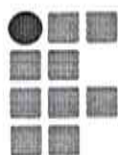


Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul
77020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.iftoc.edu.br - codir@iftoc.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

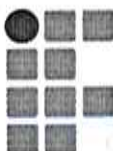
139 troca. Nairton alertou que, após a emissão da portaria do MEC sobre a situação das unidades
140 quanto aos códigos de vagas, a instituição terá de se adequar como um todo. Edileuza pediu para
141 que os gestores encaminhem, até dia oito de abril, os perfis de cargos vagos que irão para a
142 remoção. No ponto seis, foi abordada a alteração do Regulamento dos grupos de pesquisa.
143 Antonio pontuou que fará uma reunião com servidores do *campus*, e que algumas sugestões
144 serão encaminhadas posteriormente. Foi sugerido que haja a possibilidade de o líder doutor abrir
145 mão da liderança do grupo, se assim desejar; contexto em que a liderança poderia ser assumida
146 por um mestre, conforme art. 6º, § 1º, do regulamento, que também prevê condição para a
147 liderança do grupo, § 3º do art. 6º, o qual prescreve que o líder de grupo de pesquisa deverá
148 encontrar-se em efetivo exercício no IFTO. Após discussões, ficou acordado que a Propi fará as
149 adequações necessárias para encaminhamento ao Consup. Ao tratar do ponto cinco, Rosana
150 apresentou a Instrução Normativa da CGU n.º 24/2015, que dispõe sobre o Plano Anual de
151 Auditoria Interna -Paint -, e explicou que o trabalho da Audin se baseia neste documento. Disse
152 que os gestores devem estar atentos ao atendimento dos prazos das recomendações. Expôs que os
153 gestores não são obrigados a seguir as recomendações da Audin; contudo, caso não sigam tais
154 recomendações, assumirão a responsabilidade por quaisquer consequências advindas do não
155 atendimento. Disse ainda que todos os meses a Audin envia relatório para o Conselho Superior e
156 para a Controladoria-Geral da União – CGU. Edileuza questionou o prazo para resposta à Audin.
157 Rosana falou que a Audin propôs, de acordo com o Plano Anual de Auditoria Interna, cinco dias
158 úteis, podendo a gestão solicitar prorrogação para atendimento. No turno vespertino, iniciou-se
159 discussão do ponto quatro, Instrução Normativa referente à implantação do ponto eletrônico para
160 os servidores do IFTO. Edileuza apresentou a proposta da normativa, discutindo os pontos
161 apresentados. Quanto ao horário de intervalo para almoço, Antonio da Luz questionou se há
162 possibilidade de reduzir o intervalo para menos de uma hora. Por seu turno, Edileuza explicou
163 que não há essa possibilidade, visto que a lei já determina o mínimo de uma hora de intervalo
164 para refeição e descanso. Juliana Queiroz pontuou que, quanto ao horário de chegada, poderia
165 haver alguns minutos de tolerância. Nairton concordou com a sugestão da diretora do *Campus*
166 Avançado Pedro Afonso. Por seu turno, Octaviano disse que não é favorável a registrar, no





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

167 documento, tolerância de atraso, pois as unidades têm de atender ao horário previsto. Antonio
168 disse que tal tolerância poderia acarretar o registro de dez horas a menos de trabalho no mês,
169 razão por que, a exemplo de Octaviano, também não concorda com a sugestão. Danilo expôs que
170 também não concorda com essa tolerância, visto que isso poderia causar mais diligências futuras
171 pelos órgãos de controle. Antonio da Luz questionou como ficaria a situação dos servidores em
172 capacitação. Edileuza explicou que há uma normativa que possibilita o afastamento parcial para
173 capacitação, e orientou que os gestores abram processo e registrem a situação. Antonio
174 questionou a flexibilização para os docentes, permitindo bater somente 60% (sessenta por cento)
175 da carga horária total, situação que não é facultada aos TAEs. Antonio sugeriu que, no caso dos
176 docentes, que sejam registradas as atividades de aula, reuniões, atendimento ao aluno, ficando
177 dispensado o registro de projetos cadastrados de pesquisa e extensão. Retomando ao assunto
178 abordado pela manhã, referente à redistribuição de servidor em troca da vaga de secretariado
179 executivo, Quenízia pediu a fala e expôs aos presentes que a proposta exposta pelo reitor
180 Francisco Nairton, pela manhã, despertou-a para solucionar a sua situação, visto que, conforme
181 exposto pelo reitor, se o Codir se manifestasse favorável, seria possível fazer a redistribuição de
182 uma pedagoga do IF de Goiás em troca de uma vaga de secretariado executivo do IFTO.
183 Quenízia demonstrou seu interesse em vir removida do *Campus* Dianópolis para a Reitoria, e,
184 como seu cargo é de Pedagoga, também seria possível a permuta com a vaga de secretariado
185 executivo. Desse modo, revelou-se desoportuna a vinda de uma servidora pedagoga de Goiás,
186 tendo em vista haver servidora pedagoga do IFTO interessada na remoção para a Reitoria. Nessa
187 oportunidade, Nairton esclareceu que estava falando da vaga disponível para o *Campus*
188 Avançado Lagoa da Confusão, e não da vaga de secretariado executivo destinada à Reitoria.
189 Diante disso, Quenízia pediu que a proposta seja feita para a pedagoga que possui mais anos de
190 serviço no IFTO, e lembrou que hoje pertence ao quadro do *Campus* Dianópolis e está à espera
191 de uma vaga para que seja possibilitada a sua remoção para a capital. Desta forma, assim como o
192 reitor expôs a situação da pedagoga de Goiás para análise dos membros do Codir, Quenízia pediu
193 que o colégio também se manifestasse quanto à sua situação. Nairton relatou que foram liberados
194 quatro códigos de vagas de secretariado executivo, sendo uma vaga para a Reitoria, e as demais

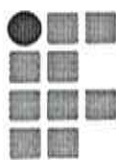


Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul
77020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - codir@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

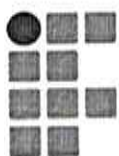
195 distribuídas para os *campi* avançados. Nairton pontuou que em momento algum tinha percebido
196 a possibilidade de ajustar a situação da servidora Quenízia Vieira Lopes; falou que estava à
197 espera de um código de vaga de pedagogo para Palmas, para abrir processo de remoção. Após
198 discussões em torno desse tema, Nairton expôs sobre a distribuição das vagas e solicitou que
199 fosse registrado que, após negociação, acordou-se, entre o diretor-geral *pro tempore* do *Campus*
200 Dianópolis e o reitor, a remoção da servidora Quenízia Vieira Lopes para a Reitoria, usando em
201 permuta o código de vaga de secretariado executivo da Reitoria, solução que recebeu anuência
202 de todos os membros do Colégio de Dirigentes presentes. Com a palavra, Quenízia reforçou que
203 houve um equívoco na fala do reitor, concernente à vaga de secretariado executivo que foi
204 liberada para a Reitoria, e isso acabou gerando uma polêmica entre os membros do Codir.
205 Nairton disse que a gestão precisa ser transparente, ter coragem, para tomar as decisões, e que as
206 discussões no Codir sempre foram democráticas. Contudo, existem situações que têm angustiado
207 o colegiado, como a liberação de códigos de vaga por parte do MEC, bem como as remoções no
208 âmbito do IFTO. Na ocasião Valquires expôs que já havia concordado com a remoção da
209 servidora Quenízia, mas solicitou registrar em ata que sua posição é favorável desde que a
210 servidora seja lotada numa área técnica, visto que está faltando atuantes na área de pedagogia.
211 Na oportunidade, Juliana Queiroz destacou que a discussão tomou proporções desnecessárias,
212 visto que o ponto relevante da questão é que o diretor *pro tempore* do *Campus* Dianópolis tinha
213 um código de vaga de pedagogo, e aceitou efetuar a troca pela vaga de secretariado executivo
214 destinada à Reitoria. Antonio pontuou que o gestor nem sempre consegue visualizar os melhores
215 caminhos, devido à gama de assuntos e decisões que estão sob sua responsabilidade. Expôs que o
216 assunto em tela não tinha necessidade de ser discutido no âmbito do Codir, visto que o gestor e o
217 diretor *pro tempore* do *Campus* Dianópolis têm autonomia para efetivar essa troca. Encerrada
218 essa discussão, foi retomada a discussão quanto ao regulamento do ponto eletrônico. Foi
219 sugerida a tolerância de quinze minutos na entrada, sem compensação de horário e sem precisar
220 da autorização da chefia imediata. Danilo voltou a afirmar que não concorda com a falta de
221 compensação, visto não haver legislação que ampare tal tolerância com atrasos. Juliana
222 recomendou que a sugestão de quinze minutos sem tolerância seja apresentada à procuradoria,





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

223 visto o questionamento de não legalidade para tal. Paula Karini disse que pesquisou e encontrou
224 um regulamento do IF Rondônia que apresenta tolerância de quinze minutos com máximo de
225 duas horas ao mês. Antonio expôs que concorda com a flexibilização, mas com um limite ao
226 mês. Juliana frisou a proposta de oito horas ao mês e quinze minutos de tolerância para entrada,
227 sem compensação de horários. Nairton pontuou que o IFTO pode sugerir o regulamento com
228 flexibilização, e posteriormente este será encaminhado à procuradoria, para análise e parecer, e
229 ao Ministério Público, para conhecimento. Janaína questionou se o servidor que chegar minutos
230 antes do expediente e, ao final do mês, contabilizar quatro horas trabalhadas poderá folgar essas
231 horas. Edileuza explicou que, se não houve autorização prévia, conforme proposto no
232 regulamento, não terá direito. Décio pontuou que a gestão tem que ponderar porque somos
233 pessoas e temos que dar flexibilização. Nairton pôs em votação a proposta de Juliana, qual seja,
234 trinta minutos de tolerância por dia, com um total de oito horas ao mês, o que foi aceito pela
235 maioria do colegiado. Quanto à sugestão de obrigatoriedade de ponto eletrônico para 60%
236 (sessenta por cento) da carga horária do professor, foi sugerida a discriminação das atividades a
237 serem registradas. Antonio sugeriu que tirasse a porcentagem e registrassem apenas as atividades
238 de aulas, manutenção do ensino, reunião para atendimento e outras atividades, conforme
239 regulamento dos regimes de trabalho, suas alterações e as atribuições dos professores do Ensino
240 Básico, Técnico e Tecnológico do IFTO. Octaviano expôs que, para justificar os 60% (sessenta
241 por cento), haja referência às atividades de ensino, conforme regulamento dos regimes. Ficou
242 acordado, após discussões, o registro de 60% (sessenta por cento) da carga horária de 40h do
243 docente, no ponto eletrônico, sendo registradas as atividades de aulas/apoio ao Ensino/Gestão e
244 Comissão. Já os 40% (quarenta por cento) ficariam destinados para manutenção, pesquisa e
245 extensão. Dada a hora avançada do primeiro dia de reunião, foi sugerida, pelo presidente, a
246 prorrogação da reunião para a manhã do dia seguinte, o que foi aceito por todos os presentes. No
247 segundo dia de reunião, prosseguiram-se as discussões sobre a minuta de Instrução Normativa do
248 Ponto Eletrônico. Após o debate, ficou acordado que o documento entrará na página de
249 documento em construção e nesse período também será encaminhado à Procuradoria Federal
250 junto ao IFTO, para análise e parecer. Continuando a reunião, Nairton informou a exclusão do

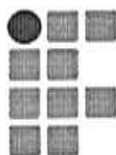


Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul
77020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - codir@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

251 ponto sete, a pedido do setor responsável pela apresentação, visto que a servidora que faria a
252 exposição encontra-se de férias. No ponto oito, Antonio destacou que a motivação da solicitação
253 do ponto foi a regulamentação que dá prazo para adequação nos cursos de formação profissional.
254 Disse que os alunos do *Campus* Paraíso do Tocantins já estão irregulares, acarretando o risco de
255 conselhos não quererem registrar os seus cursos, de agora em diante, por não estarem com sua
256 grade curricular conforme estabelecido pelo MEC. Disse que o Instituto Federal Goiano entrou
257 na Justiça contra o Crea. A carga mínima de um curso não atendia ao estabelecido, e o Crea não
258 aceitou efetuar o registro. Por conseguinte, o IF Goiano perdeu a causa. Antonio disse que isso
259 lhe preocupa e trouxe para discussão para saber o entendimento dos outros *campi* do IFTO.
260 Janaina disse que já estão com problemas porque no sistema não conseguem mais cadastrar
261 cursos com carga horária inferior ao estabelecido pelo Ministério da Educação. Lilissanne disse
262 que no *Campus* Porto Nacional já adequou os cursos subsequentes. Conforme orientação do
263 diretor de Ensino Básico e Técnico do IFTO, Rodrigo Teixeira, o ensino médio ainda não precisa
264 de tal adequação. Nairton falou que a preocupação de Antonio é válida e que os gestores devem
265 enviar um documento à Proen, para que esta efetive a regularização, buscando uniformizar ou
266 aproximar as cargas dos cursos informadas nos PPCs. Janaina disse que a Diretoria de Ensino
267 Superior, setor com que mais trabalha, já está fazendo esse trabalho de aproximar os PPC, bem
268 como adequar a carga horária dos cursos, como acontece com PPCs dos *campi* Araguatins e
269 Dianópolis. Nairton ratificou que a Proen deve balizar essas situações e adequar os PPCs no
270 âmbito do IFTO. Discutindo o ponto referente ao regulamento de professor titular, Nairton
271 explicou que essa é uma categoria e que não há limites de vagas, basta os servidores
272 contemplarem os requisitos mínimos, conforme a lei e o regulamento da instituição, que deve ser
273 aprovado pelo Conselho Superior. Disse que o professor titular dos IFs é diferente do das
274 universidades, que possuem limites. Danilo expôs que a proposta do regulamento ainda não está
275 pronta para ir para os documentos em construção. Danilo sugeriu que o documento seja
276 retornado para a comissão para compilar as sugestões e posteriormente encaminhá-lo para a
277 comunidade. Décio sugeriu que o documento retornasse na reunião do dia nove de maio de dois
278 mil e dezesseis, e, nesse ínterim, sejam feitas as adequações necessárias, sugestão acolhida pelo

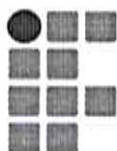




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

279 Codir. Nada mais havendo a tratar, o presidente do Colégio de Dirigentes do IFTO, Francisco
280 Nairton do Nascimento, encerrou a reunião agradecendo a presença e a participação de todos, e
281 eu, Quenízia Vieira Lopes, secretária do Colégio de Dirigentes, lavrei a presente ata, que, depois
282 de lida e aprovada, vai assinada por mim, pelo presidente e pelos demais membros presentes do
283 Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.

NOME	ASSINATURA
Francisco Nairton do Nascimento Reitor	
Quenízia Vieira Lopes Chefe de Gabinete do Reitor / Secretária do Codir	
Danilo Gomes Martins Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional	
Ovídio Ricardo Dantas Júnior Pró-reitor de Ensino Substituta: Janaína Miranda Muradas Amorim	
Paula Karini Dias Ferreira Amorim Pró-reitora de Extensão	
Augusto Cesar dos Santos Pró-reitor de Pesquisa e Inovação Substituta: Leysson Muriel Tavares Guimarães Barros	
Cristiano Fernandes Mateus Diretor-geral <i>pro tempore</i> Campus Araguaína	
Décio Dias dos Reis Diretor-geral do Campus Araguatins	
Paulo Hernandes Gonçalves da Silva Diretor do Campus Colinas do Tocantins	
Jonas Reginaldo de Britto Diretor-geral <i>pro tempore</i> do Campus Dianópolis	
Marcelo Alves Terra Diretor-geral do Campus Gurupi	
Octaviano Sidnei Furtado Diretor-geral do Campus Palmas	





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
COLÉGIO DE DIRIGENTES

Antonio da Luz Junior Diretor-geral do <i>Campus</i> Paraíso do Tocantins	
Juliana Ferreira de Queiroz Diretora do <i>Campus</i> Avançado Pedro Afonso	
Valquires Martins de Santana Diretor do <i>Campus</i> Avançado Lagoa da Confusão	
Dênis Carlos Ribeiro Menezes Diretor do <i>Campus</i> Avançado Formoso do Araguaia	
Lilissanne Marcelly de Sousa Diretora-geral do <i>Campus</i> Porto Nacional	

Maria Edileuza Ferreira de França
Diretora de Gestão de Pessoas

